



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROCESSO Nº 46/2025 - DISPENSA Nº 17/2025 (SEM DISPUTA)

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de videomonitoramento 24 horas por dia, incluindo a disponibilização de sala equipada, profissionais capacitados, manutenção do sistema e integração com os sistemas de segurança pública do Estado de São Paulo.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA torna público, em atendimento ao disposto no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133 de 2021 e no art. 121 do Decreto nº. 2.236/2024, a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, pelo **menor preço global**, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência já mencionado.

Recebimento das propostas até	Data limite: 17/11/2025 – Horário: 17:00 horas
Julgamento das propostas apresentadas	Data limite: 18/11/2025 – Horário: 10:00 horas

Download de edital e anexos:	O Edital completo, anexos e complementos poderão ser retirados no site da Prefeitura Municipal de Colômbia -SP disponível no endereço eletrônico: https://www.colombia.sp.gov.br/licitacao no portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: https://www.licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível no endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/
Informações:	Agente de Contratação – Setor de Compras - Telefone: (17) 3335-8517. Atendimento: 08hs às 11hs e das 13hs às 17hs. E-mail: licitacao@colombia.sp.gov.br

Colômbia, 11 de novembro de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS – Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRONICA (SEM DISPUTA)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2025

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Colômbia**, Estado de São Paulo, por meio do Departamento de licitações, realizará **Dispensa de Licitação**, com critério de julgamento **"menor preço"**, em conformidade com o art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 2.236/2024 e exigências estabelecidas neste Aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as condições do quadro de detalhamento a seguir:

DATA DA SESSÃO:	DIA 18/11/2025, ÀS 10:00 HORAS
LOCAL:	https://licitanet.com.br/

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de videomonitoramento 24 horas por dia, incluindo a disponibilização de sala equipada, profissionais capacitados, manutenção do sistema e integração com os sistemas de segurança pública do Estado de São Paulo.

1.2. A contratação será feita conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VR. UNIT	VR. TOTAL
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de videomonitoramento 24 horas por dia, incluindo a disponibilização de sala equipada, profissionais capacitados, manutenção do sistema e integração com os sistemas de segurança pública do Estado de São Paulo.	12 meses	5.200,00	62.400,00
VALOR TOTAL				62.400,00

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observado o valor máximo aceitável apurado através do orçamento estimável, do item e demais exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA – SEM DISPUTA

2.1. O aviso será divulgado no Diário Oficial do Município de Colômbia.

2.2. O fornecedor é integralmente responsável pelas ações praticadas diretamente ou por meio de representante, não cabendo à Administração responsabilizar-se por eventuais danos, inclusive os causados por terceiros.

2.3. É vedada a participação de fornecedores:

- Que não atendam aos requisitos deste Aviso e seus anexos;
- Estrangeiros sem representação legal no país com poderes para responder judicial e administrativamente.

2.4. Também ficam impedidos de participar:

- Autores de anteprojeto, projeto básico ou executivo vinculados ao objeto da contratação;
- Empresas envolvidas na elaboração de projetos ou com vínculo societário relevante com seus autores;
- Pessoas físicas ou jurídicas sancionadas com impedimento de contratar com o poder público;
- Quem possua vínculo pessoal ou profissional com dirigentes, fiscais ou gestores do contrato, inclusive parentes até o terceiro grau;
- Empresas coligadas, controladas ou controladoras entre si;
- Condenados com trânsito em julgado, nos últimos cinco anos, por trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão ou contratação ilegal de adolescentes.

2.5. Consideram-se autores de projeto também as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

2.6. A vedação da alínea "c" estende-se a fornecedores que atuem como substitutos para burlar sanções, inclusive se controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito.

2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), quando atuando nessa qualidade, são impedidas (conforme Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário).

2.8. Sociedades cooperativas também estão impedidas de participar.

2.9. É vedada a participação, direta ou indireta, de agente público da entidade contratante, observando-se os impedimentos decorrentes de conflito de interesses, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E ENVIO DA PROPOSTA

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da Dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/fabricante do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

- a) O cadastro da proposta implica compreensão da integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- b) O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto na contratação.
- c) Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão do local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

- a) A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- b) Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os interessados poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la até o horário de abertura da sessão pública;

3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- a) Até a presente data encontra-se desimpedido de participar da licitação obrigando-se, ainda a declarar, sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- b) Declara que possui pleno conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital;
- c) Declara que aceita a todas as condições estipuladas no Edital, ressalvada a hipótese de impugnação;
- d) Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;
- e) Que todos os documentos e informações são fiéis e verdadeiras;
- f) Que não possui, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- g) Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do Dispensa eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo de comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;
- h) Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostor, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento;
- i) Que está plenamente ciente do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina.
- j) Declara ainda que: a proposta apresentada para participar do Dispensa Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Dispensa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



- k) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.13. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.14. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.9 ou 3.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO

4.1. Encerrado o prazo para envio da proposta, o órgão ou entidade realizará a verificação da conformidade das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, ordenando a classificação.

- a) No caso da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para contratação, o Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

4.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da Dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo da contratação.

4.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta readequada, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

- a) Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta poderá, caso solicitado, encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

4.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, através do endereço:
- d) <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep> ;
- e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNJ através do endereço:
- f) http://www.cnj.ius.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php ;
- g) Fornecedores Sancionados – Tribunal de Contas de São Paulo;

4.5. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o agente de contratação julgará inabilitada a licitante.

4.6. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

4.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



4.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. DA HABILITAÇÃO

Habilitação Jurídica e Fiscal:

- Registro comercial, para empresa individual;
- a) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;
- b) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativas com as Fazendas - Federal, Estadual (Dívida ativa estadual, e débitos tributários não inscritos), Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

Habilitação Econômico – financeiro:

- a) Comprovação regularidade econômico-financeiro Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigidos e apresentados na forma da lei;

Habilitação Qualificação técnica:

- a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços de videomonitoramento com características semelhantes ao objeto desta licitação;
- b) Comprovação de que dispõe de equipe técnica composta por profissionais com conhecimento em sistemas de monitoramento eletrônico e integração com bancos de dados públicos;

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, ou seja, no período de **12 (doze) meses**.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. DAS SANCÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 7.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



- 7.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.1.9 fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;
- 7.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, conforme estabelecido no art. 158 do Decreto Municipal n. 2.236/2024, (link do decreto: <https://www.colombia.sp.gov.br/Arquivos/Downloads/028b85e9-457f-45b0-bf87-ef174ff1e8f4.pdf>)

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

8.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência dos atos licitatórios e eventual execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto do certame, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8.2. Os licitantes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da eventual execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

8.3. O tratamento é limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço a ser contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição do Município de Colômbia.

8.4. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

8.5. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município de Colômbia, para os atos licitatórios e para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação e que estes dados poderão ser disponibilizados no portal da transparência do município de Colômbia.

8.6. As licitantes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

8.7. A futura CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



48 da LGPD.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os interessados restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP;

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO.

Colômbia/SP, 11 de novembro de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL
Ordenador de Despesas



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de videomonitoramento do município, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia. A contratada deverá:

- Disponibilizar sala equipada com computadores, telas, softwares de monitoramento e estrutura de rede;
- Prover equipe de operadores treinados para revezamento em regime 12x36 horas, garantindo atendimento permanente;
- Integrar o sistema de videomonitoramento às 30 (trinta) câmeras existentes e instalar 4 (quatro) câmeras LPR (reconhecimento de placas) nas entradas da cidade e 12 (doze) novas câmeras em pontos estratégicos definidos pela Prefeitura;
- Integrar a solução com o sistema detecta, plataforma de monitoramento do Governo do Estado de São Paulo;
- Fornecer e manter os equipamentos necessários, incluindo servidores, software de gestão de imagens, armazenamento em nuvem e comunicação de dados.

A contratação terá duração de 12 (doze) meses, prorrogável nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021. O regime de execução será prestação de serviço contínuo, com pagamentos mensais.

1.2 Justificativa da Contratação

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) concluiu ser viável e necessária a contratação de videomonitoramento. O município possui áreas de risco e alto fluxo de pessoas; a vigilância contínua aumenta a sensação de segurança, possibilita resposta imediata às ocorrências e auxilia as forças de segurança pública. A integração com o sistema detecta potencializa o investimento feito na compra de câmeras, permitindo o reconhecimento automático de placas, detecção de veículos roubados e envio de alertas em tempo real. Portanto, a contratação de empresa especializada com sala equipada e equipe capacitada é a solução mais adequada para atender à necessidade, observando-se o art. 6º, XXIII, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, que exige fundamentação da contratação com base nos estudos técnicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- Necessidade pública: garantir a segurança da população e do patrimônio municipal por meio de vigilância contínua;
- Problema a ser solucionado: inexistência de equipe dedicada para monitorar as câmeras já instaladas, o que impede reação imediata às ocorrências;
- Resultados esperados: redução de delitos, aumento da percepção de segurança e agilidade na atuação das autoridades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução abrange todo o ciclo de vida do serviço de videomonitoramento, incluindo instalação, operação, manutenção e encerramento. A contratada deverá:

1. Instalação e integração:

- Instalar 4 câmeras IP LPR (4 MP) com tecnologia de reconhecimento de placas, proteção IP67/IK10, armazenamento em nuvem por 7 dias e integração ao Detecta;
- Instalar 12 câmeras Bullet ColorVu IP 4 MP com áudio, microfone embutido e proteção IP67;
- Integrar as câmeras existentes e novas ao sistema central de monitoramento, assegurando compatibilidade tecnológica.

2. Operação 24h/7:

- Manter equipe dedicada para monitoramento contínuo com escalas de trabalho que evitem fadiga e garantam qualidade;
- Manter sala de monitoramento equipada com computadores e painéis de exibição, garantindo condições ergonômicas para os operadores;
- Criar usuários com níveis de acesso distintos para órgãos de segurança e gestores municipais.

3. Geração de alertas e relatórios:

- Operar sistema de leitura automática de placas para gerar alertas de veículos roubados ou suspeitos;
- Gerar relatórios diários e mensais de eventos, indicando ações tomadas e ocorrências relevantes;
- Manter histórico de imagens conforme legislação de proteção de dados e segurança pública.

4. Encerramento e desmobilização:

- Ao término do contrato, fornecer relatório final e transferir dados ao município;
- Desinstalar equipamentos de propriedade da contratada, quando aplicável, garantindo que não haja dano ao patrimônio municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos técnicos e operacionais

- Disponibilidade integral do sistema, com índice mínimo de disponibilidade de 99 %;
- Equipamentos de gravação com redundância e acesso remoto seguro;
- Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) quanto ao tratamento das imagens e dados coletados;
- Integração com o sistema detecta e outros sistemas que o Estado possa disponibilizar;
- Relatórios mensais contendo quantitativos de ocorrências, tempo de resposta, alertas gerados e falhas identificadas.

4.2 Subcontratação

É vedada a subcontratação total do objeto. Poderá haver subcontratação parcial de serviços acessórios (por exemplo, manutenção de cabos ou consultoria especializada), desde que previamente autorizada pela Administração e que a subcontratada atenda aos requisitos de habilitação técnica, fiscal e trabalhista. A contratada permanecerá responsável pela qualidade e pelo cumprimento integral do contrato.

4.3 Garantia da contratação

Nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia contratual correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, na modalidade caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. A garantia deverá vigorar por todo o período de execução do contrato e será liberada após o recebimento definitivo e a comprovação de quitação de eventuais obrigações trabalhistas e fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução se dará por prestação de serviço contínuo. A contratada deverá:

- Iniciar as atividades em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, instalando e configurando equipamentos;
- Manter equipe de operadores em revezamento para atendimento ininterrupto;
- Cumprir o cronograma de implantação aprovado pela Administração;
- Realizar manutenções preventivas trimestrais e corretivas imediatas sempre que identificadas falhas.

5.1 Garantia, manutenção e assistência técnica

- A contratada será responsável pela garantia de funcionamento dos equipamentos fornecidos durante toda a vigência do contrato;
- Deverá disponibilizar assistência técnica 24 h, com equipe capaz de realizar manutenção preventiva e corretiva;
- Em caso de falhas que comprometam a operação, a contratada deverá solucionar o problema em até 4 horas úteis para equipamentos críticos e 24 horas para demais casos;
- A contratada deverá manter estoque de peças de reposição ou providenciar a substituição imediata de equipamentos defeituosos, sem ônus adicional para a Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- A Secretaria demandante designará Fiscal de Contrato, responsável por acompanhar e fiscalizar a execução, inclusive a verificação de relatórios mensais e a observância das metas de disponibilidade;
- A contratada deverá disponibilizar acesso ao sistema para o Fiscal do Contrato e fornecer relatórios eletrônicos e em formato aberto;
- As reuniões de acompanhamento ocorrerão mensalmente, podendo ser convocadas extraordinariamente em caso de incidentes relevantes;
- O descumprimento das obrigações será registrado em relatórios, permitindo aplicação de penalidades previstas em contrato e na legislação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- Medição: a medição será feita mensalmente com base na efetiva prestação do serviço, considerando:
 - Índice de disponibilidade do sistema ($\geq 99\%$);
 - Cumprimento do cronograma de manutenção preventiva;
 - Entrega de relatórios e registros de ocorrências;
 - Resolução de falhas no prazo estabelecido.
- Pagamento: o pagamento será mensal em até 30 dias, após a validação do relatório de medição pelo Fiscal do Contrato e a emissão de nota fiscal. Em caso de indisponibilidade acima do tolerado ou descumprimento de prazos, poderão ser aplicados descontos ou glosas proporcionais.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

A seleção do contratado será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 que fundamenta a dispensa.

8.1 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar:

8.1.1 Habilitação jurídica

- Registro comercial, no caso de empresa individual, ou atos constitutivos em vigor, no caso de sociedades;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão de regularidade perante a Junta Comercial.

8.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa relativas a tributos federais, estaduais e municipais;
- Certidão de regularidade junto ao FGTS;
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno ou perigoso a menores).

8.1.3 Qualificação econômico-financeira

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigidos e apresentados na forma da lei;
- Índices de liquidez geral, corrente e solvência, calculados nos termos do edital, compatíveis com a garantia de execução do contrato;
- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

8.1.4 Qualificação técnica

- Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços de videomonitoramento com características semelhantes ao objeto desta licitação;
- Comprovação de que dispõe de equipe técnica composta por profissionais com conhecimento em sistemas de monitoramento eletrônico e integração com bancos de dados públicos;

8.2 Forma de fornecimento

O fornecimento compreenderá a implantação, operação e manutenção do serviço por conta da contratada. Os equipamentos (câmeras, computadores e acessórios) permanecerão como propriedade da contratada durante a vigência do contrato e serão retirados ao final, salvo disposição em contrário. O sistema de gestão deverá ser disponibilizado via acesso web seguro, permitindo o acompanhamento em tempo real pela Administração.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global será determinado por pesquisa de preços oficial, conforme diretrizes do Decreto Municipal nº 2.236/2024 (Seção VII – da pesquisa de preços). A contratação por dispensa de licitação é a solução indicada para a presente demanda, considerando que os valores envolvidos, que se enquadram nos limites legais estabelecidos para essa modalidade de contratação.

Conforme disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é permitida a contratação direta quando o valor da aquisição de bens ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



contratação de serviços comuns for inferior a R\$ 62.725,59, limite vigente conforme o Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024. A adoção da dispensa permite maior eficiência e celeridade, possibilitando a rápida estruturação do espaço físico e o início das atividades do serviço de videomonitoramento.

Dessa forma, a contratação direta apresenta-se tecnicamente apropriada, economicamente vantajosa e juridicamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e do interesse público que norteiam as contratações públicas.

A presente justificativa apoia-se na proposta nº 1 constante da pesquisa de preços, a qual apresentou o valor de R\$ 62.400,00 como o mais vantajoso para a Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria requisitante, programadas na Lei Orçamentária Anual vigente, classificadas sob elemento de despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência constitui-se como instrumento norteador para a elaboração do edital de licitação, devendo suas disposições ser observadas de forma integral pela empresa que vier a sagrar-se vencedora do certame. O descumprimento das exigências contidas neste Termo poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a aplicação das penalidades cabíveis, em estrita observância ao que dispõe a legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas que regem as contratações públicas.

Colômbia, 10 de abril de 2025

JULIO CESAR RODRIGUES
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E COMPRAS PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
DISPENSA Nº - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

OBJETO: XXXXXXXXXXXXX

Razão Social:
Endereço Completo:
CNPJ:
Telefone:
e-mail:

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VR. UNIT	VR. TOTAL

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:
CPF: RG:
ENDEREÇO COMERCIAL:
ENDEREÇO RESIDENCIAL:
: FONE:
E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS

BANCO: NÚMERO DO BANCO:
AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:

Local, xx de xxxx de 2025.

Ass. Responsável / Repres. Legal Cargo:
CPF:
Carimbo da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,

DECLARA expressamente que:

- a) Que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- b) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- d) que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidores ou agentes políticos ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- h) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- i) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Colômbia/SP _____ de _____ de 2025

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA,
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,

DECLARA que está regularmente enquadrada na categoria:

() MICROEMPRESA (ME), nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada

Colômbia/SP _____ de _____ de 2025

[LICITANTE]
[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. /2025

PROCESSO N. /2025

DISPENSA N. /2025

Pelo presente instrumento as partes abaixo-assinadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE COLÔMBIA**, inscrito no CNPJ sob nº 52.381.720/0001-48, com sede na Rua Antônio Prado, 1161, centro, em Colômbia/SP, neste ato representado pelo Prefeito JULIO CESAR DOS SANTOS, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, designado CONTRATADO, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. xxx/2024. e, em observância às disposições da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº. xxx/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021)

1.1.O objeto do presente instrumento para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXXXXXXX meses, contados do(a) assinatura de contrato, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e art. 135 do Decreto Municipal n. 2236/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto, observação o que constam no contrato e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos TERMO DE REFERÊNCIA.

6.1.1. Os pagamentos devidos ao contratado em até 30 dias da emissão da nota fiscal devidamente vistada pelo fiscal de contrato.

6.1.2. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Administração, ao valor devido incidirá aplicação da Taxa Selic, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados terão seus reajustes de conformidade com a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas;

8.1.8. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado, *quando cabível*, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação.

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência (Lei nº 8.213/91), para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIAS (art. 92, XII e XIII)

10.1 A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

10.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se delineadas nos termos do Decreto Municipal nº 2.236/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado ou, quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



12.2.1. Na hipótese de que trata este subitem, o contratado deverá ser notificado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e,

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

FICHA XX – XX – XXX – XXXXXXX

FICHA XX– XX – XXX – XXX

13.1.1. Estendendo-se a contratação para o exercício financeiro seguinte, a dotação relativa será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

15.2. O valor contratual poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços.

15.3. Quando o valor contratual se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

15.4. Quando o preço de mercado se tornar superior ao valor contratual e o fornecedor não puder cumprir o contrato, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

15.5. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

15.6. Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor contratado, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, e, eventual rescisão.

15.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.8. Registros que não caracterizam alteração do pacto podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barretos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Colômbia/SP, de.....de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

